

Sérgio Shimura

Tutela
Coletiva
e sua efetividade

EDITORA MÉTODO
SÃO PAULO



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 347.921.2
S556t

Código de barras: STJ00064326

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	9
1. INTRODUÇÃO	19
2. DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS <i>STRICTO SENSU</i> E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	25
3. EFETIVAÇÃO DA TUTELA COLETIVA RESSARGITÓRIA	33
3.1. Noções gerais sobre a tutela coletiva	33
3.2. Ação coletiva	41
3.2.1. Questão terminológica: "ação civil pública" e "ação coletiva"	42
3.2.2. Um mesmo fato lesivo a direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos	46
3.3. Legitimidade na efetivação da tutela coletiva	48
3.3.1. Legitimidade ativa	51
3.3.1.1. Legitimidade ordinária ou extraordinária.	52
3.3.1.2. Legitimação concorrente e disjuntiva	54
3.3.2. Ministério Público	55
3.3.2.1. A legitimidade e a questão da atribuição de cada membro do Ministério Público	61
3.3.2.2. A legitimidade do Ministério Público na defesa do erário	67
3.3.3. União, Estados, Municípios, Distrito Federal, órgãos da administração pública, autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista	81
3.3.3.1. A questão da Fazenda Pública e o reexame necessário	84
3.3.4. Associação	87
3.3.4.1. Associação contra o Poder Público	96
4. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	103
4.1. Tutela específica	103
4.2. Multa diária	106
4.2.1. Execução da multa diária	109
4.2.2. Multa diária e incidência periódica	114
4.2.3. Execução de outras multas	115



5. TÍTULO EXECUTIVO	119
5.1. Sentença civil	122
5.1.1. Sentença condenatória na ação de improbidade	123
5.2. Sentença penal	124
5.3. Compromisso de ajustamento de conduta:	131
5.3.1. Noções	131
5.3.2. Termo mínimo de responsabilidade	135
5.3.3. Modalidade de obrigação	137
5.3.4. Termo de ajustamento firmado pelo Ministério Público	138
5.3.5. Termos de ajustamento firmados por outros órgãos públicos.	
A questão da intervenção do Ministério Público	141
5.3.6. Vícios existentes no compromisso de ajustamento	144
6. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	147
6.1. Noções. Conceito	147
6.2. Liquidação de sentença como fase subsequente à sentença condenatória (art. 475-A, CPC)	149
6.3. Objeto da liquidação	150
6.4. Liquidação de título executivo extrajudicial	151
6.5. Formas de liquidação	151
6.5.1. Liquidação por cálculo	153
6.5.2. Liquidação por arbitramento	157
6.5.3. Liquidação por artigos	158
6.5.4. Impossibilidade de rediscussão da lide	162
7. EXECUÇÃO COLETIVA. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.	165
7.1. Cumprimento da sentença. Fase subsequente à decisão condenatória	165
7.2. Hipóteses de subsistência de processo de execução autônomo	166
7.3. Sentença contendo várias obrigações	166
7.4. Iniciativa da parte. Princípio dispositivo	167
7.5. Competência	167
7.6. Intimação do devedor. Multa de conteúdo material	170
7.7. Penhora. Exclusão de oportunidade de nomeação de bens à penhora	171
7.8. Execução provisória na proteção dos direitos difusos e coletivos	171
7.9. Direitos individuais homogêneos. Competência para execução	174
7.9.1. Habilitação dos interessados	186
7.9.1.1. Interessados fora do âmbito da competência territorial do juízo (art. 16, LACP; art. 103, CDC)	189
7.9.2. Reparação fluida	192
7.9.2.1. Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	194
7.9.3. Concurso de créditos	198
7.10. Cautelares na execução coletiva	202



8. ASPECTOS DA DEFESA DO DEVEDOR. IMPUGNAÇÃO	207
8.1. Legitimidade de parte	208
8.2. Descabimento de reconvenção	208
8.3. Desconsideração da personalidade jurídica	209
8.4. Prescrição	220
8.5. Decisão da impugnação	222
8.6. Embargos à execução contra a Fazenda Pública	223
8.6.1. Incidência de verba honorária contra a Fazenda Pública em sede de ação coletiva	232
8.7. Ação rescisória	233
9. BIBLIOGRAFIA	235

